



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 76/2025

OBJETO: PROPOSTA DE PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL REFERENTE A 1ª REVISÃO QUINQUENAL DO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA VIA COSTEIRA**ORIGEM:** SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)**PROCESSO (S):** 50500.028125/2025-06**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** PARECER n. 00222/2024/PF-ANTT/PGF/AGU**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

EMENTA

PROPOSTA PRELIMINAR DE REVISÃO QUINQUENAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA RODOVIA BR-101/SC, ADMINISTRADO PELA CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A. - VIA COSTEIRA. CONSIDERANDO QUE A PROPOSTA AFETA OS DIREITOS DE AGENTES ECONÔMICOS OU DE USUÁRIOS DE RODOVIAS, HÁ NECESSIDADE DELA SER SUBMETIDA AO PROCESSO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE A TORNAR PÚBLICO E COLHER CONTRIBUIÇÕES PARA SEU APRIMORAMENTO. DE ACORDO COM OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONCESSIONÁRIA, A PROPOSTA GERA UM AUMENTO DE APROXIMADAMENTE R\$ 0,13 (TREZE CENTAVOS) NA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, EM VALORES DE MAIO DE 2025. RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO DA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da proposta de Processo de Participação e Controle Social, com realização de Audiência Pública, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/SC, administrado pela Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - Via Costeira.

2. DOS FATOS

2.1. Em 26/05/2025, a Concessionária ViaCosteira apresentou sua Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal, com a devida documentação, incluindo os pleitos de alterações contratuais e a atualização do Programa de Exploração da Rodovia, em conformidade com a [Resolução ANTT nº 6.032/2023](#).

2.2. A Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) promoveu uma análise preliminar do processo e verificou que a Concessionária ViaCosteira cumpria todos os requisitos para a realização da Revisão Quinquenal exigidos pela Resolução nº 6.032/2023, não existindo, portanto, qualquer impedimento para a continuidade do processo.

2.3. Assim, nos dias 12/11/2024 e 13/11/2024, foram realizadas reuniões participativas presenciais nos municípios de Tubarão/SC e Araranguá/SC, respectivamente, com o objetivo de identificar necessidades de novos investimentos a serem incluídos no Contrato de Concessão. Na ocasião, foi instruído o processo SEI nº 50500.171217/2024-16, no qual foram registrados os pleitos recebidos durante as reuniões. Ao todo, foram apresentados 100 (cem) pleitos, os quais foram analisados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela ANTT.

2.4. Após a análise dos pleitos, a SUROD emitiu em 09/06/2025 a Nota Técnica SEI nº 4602/2025/COGIR/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 32125702), por meio da qual apresentou a definição dos investimentos que comporão a Proposta Preliminar da Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Concessionária Via Costeira.

2.5. Em atendimento ao art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT e em consonância com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, o Superintendente assinou em 25/06/2025 o Relatório à Diretoria SEI nº 232/2025 (SEI nº 32585139), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de Processo de Participação e Controle Social, com realização de Audiência Pública, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/SC, celebrado com Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - Via Costeira, nos termos da Minuta de Aviso de Audiência Pública acostada aos autos (SEI nº 32585167).

2.6. Também seguiram com o Relatório supracitado: a Minuta de Portaria de Designação da Comissão da Audiência Pública (SEI nº 32585188); a Minuta de Deliberação (SEI nº 32585151); e, o Despacho de Instrução (SEI nº 32585200), por meio do qual é informado que "o processo reúne as condições previstas no § 1º do art. 39 do Regimento Interno, que o torna apto para ser sorteado entre os Diretores".

2.7. Ato contínuo, o Chefe de Gabinete enviou os autos para inclusão na pauta de sorteio, conforme despacho do mesmo dia 25/06/2025 (SEI nº 33324885).

2.8. Por fim, os autos foram distribuídos a esta Diretoria no mesmo dia 25/06/2025, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 33332921).

2.9. São os fatos. Passa-se à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. O Regimento Interno da ANTT, aprovado por meio da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2020, no art. 88 estabelece os objetivos do Processo de Participação e Controle Social.

I. incentivar ou provocar a efetiva participação dos servidores e colaboradores da ANTT, das partes interessadas e da sociedade em geral;

II. recolher subsídios para o processo decisório da ANTT;

III. oferecer aos agentes econômicos, sociedade e usuários dos serviços e das infraestruturas de transportes terrestres administrados pela ANTT um ambiente propício ao encaminhamento de seus pleitos e sugestões relacionados à matéria objeto do processo;

IV. identificar, de forma ampla, todos os aspectos relevantes à matéria objeto do processo; e

V. dar publicidade a sua ação regulatória.

3.2. A Resolução nº 6.020, de 20 de julho de 2023, que dispõe sobre os meios de Participação e Controle Social, determina que os processos sejam submetidos à deliberação da diretoria colegiada para aprovação, sendo a Procuradoria Federal também informada:

Art. 15. As propostas de realização de Audiência Pública serão submetidas à Diretoria Colegiada para aprovação.

§ 1º A unidade organizacional que propuser a realização de Audiência Pública dará conhecimento da proposta à Procuradoria Federal junto à ANTT antes do encaminhamento para deliberação da Diretoria Colegiada.

§ 2º A Procuradoria Federal junto à ANTT poderá requerer vista do processo em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação de que trata o § 1º deste artigo, período durante o qual, se julgar necessário, emitirá seu parecer sobre a matéria.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo e sem requerimento da Procuradoria Federal junto à ANTT, o processo será encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada.

§ 4º No caso de iniciativa de anteprojeto de lei, a Audiência Pública ocorrerá após prévia comunicação à Casa Civil da Presidência da República.

3.3. Importa também citar que o artigo 14º, da Resolução nº 6.020, de 20 de julho de 2023 estabelece que as matérias as quais devem ser submetidas à audiência pública.

Art. 14. A ANTT deverá realizar Audiência Pública quando as matérias afetarem os direitos de agentes econômicos ou de usuários de serviços de transportes, nos seguintes casos:

I - minutas de ato normativo;

II - minutas de editais de licitação de outorgas, minutas de contratos de concessão ou permissão;

III - iniciativas de anteprojetos de lei; e

IV - outras matérias relevantes, a critério da ANTT.

3.4. Passando a análise da matéria, o pleito vem à apreciação da DIRETORIA para aprovar a realização de uma Audiência Pública, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/SC, apresentada pela Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - Via Costeira.

3.5. A Resolução ANTT nº 6.032/2023 estabelece alguns requisitos para a realização de revisões quinquenais, a saber:

Art. 154. A revisão quinquenal será processada em intervalos entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de vigência do contrato de concessão para análise da evolução do cumprimento das obrigações e da necessidade de atualização e modernização contratual.

(...)

Art. 159. Não será admida a inclusão de obras e serviços no contrato de concessão no âmbito da revisão quinquenal se alguma das seguintes situações for identificada no momento da instauração do processo:

I - existência de processo administrativo de caducidade instaurado;

II - qualificação do contrato de concessão para fins de relicitação;

III - prazo de vigência restante do contrato de concessão inferior a 2 (dois) anos;

IV - processo instaurado tendo por objevo a realização de intervenção na concessão;

V - processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da concessionária em curso.

3.6. A Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) fez uma avaliação dos requisitos supracitados e concluiu que o Contrato de Concessão da Concessionária Via Costeira estava apto ao processo de Revisão Quinquenal, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1- Check-list - Atendimento aos Pré-requisitos de Realização de Revisão Quinquenal

PRÉ-REQUISITO PARA A REVISÃO QUINQUENAL	ATENDIMENTO ViaCosteira
A partir do 5º ano concessão	✓
Necessidade de atualização e modernização contratual	✓
Não possui processo instaurado de caducidade	✓
Mais de 2 anos para o término da vigência do contrato	✓
Não está em processo de qualificação do contrato para relicitação	✓
Não possui processo instaurado para intervenção na concessão	✓
Não possui processo instaurado de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial	✓

3.7. Ademais, a Resolução ANTT nº 6.032/2023 exige, também, o processo de Levantamento de Necessidades por meio da realização de reuniões participativas, vejamos:

Art. 141. O processo de levantamento de necessidades da concessão será instaurado periodicamente por ato da Superintendência competente, que realizará os seguintes atos, concomitantemente:

I - a comunicação dos interessados e realização de reunião participativa;

II - o levantamento de necessidades.

3.8. Assim sendo, a SUROD promoveu as Reuniões Participativas com os usuários da rodovia, no qual registraram-se 100 (cem) pleitos para a análise de mérito. As reuniões participativas foram realizadas nas cidades de Tubarão/SC, em 12/11/2024, e Araranguá/SC, em 13/11/2024.

3.9. Para a análise dos pleitos, a SUROD observou o artigo 156 da [Resolução ANTT nº 6.032/2023](#), que prevê que o volume de investimentos a ser inserido no contrato por meio de Revisão Quinquenal depende da classe da Concessionária:

Art. 156. O valor máximo admitido para inclusão ou alteração de obras e serviços na revisão quinquenal será determinado de acordo com a classe da concessionária estabelecida no âmbito da classificação das concessionárias vigente ao tempo da instauração do processo de revisão quinquenal, sendo(...) (Grifo nosso)

3.10. Da mesma forma, foi observado o artigo 101 da mesma [Resolução ANTT nº 6.053/2024](#):

Art. 101. Até a realização da primeira classificação, as concessionárias receberão um tratamento fiscalizatório equivalente à classe B. (Grifo nosso)

3.11. Dessa forma, a SUROD adotou nesta Revisão Quinquenal da Concessionária ViaCosteira um tratamento fiscalizatório equivalente ao da classe B.

3.12. Considerando que o nível de investimento a ser inserido no contrato por meio de Revisão Quinquenal depende da classe da Concessionária, conforme o art. 156, da [Resolução ANTT nº 6.032/2023](#), para as Concessionárias de classe B não há limitação de valores para inclusão ou alteração de obras e

serviços.

Art. 156. O valor máximo admitido para inclusão ou alteração de obras e serviços na revisão quinquenal será determinado de acordo com a classe da concessionária estabelecida no âmbito da classificação das concessionárias vigente ao tempo da instauração do processo de revisão quinquenal, sendo:
(...)
II - para concessionárias de Classe B, sem limitação do valor;

3.13. Assim, seguindo os preceitos regulamentares supracitados, a SUROD definiu a Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Concessionária ViaCosteira, com as obras e serviços descritas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal - ViaCosteira

Nº	Investimento/Alteração Contratual	Data-base: maio/25 ⁽¹⁾			
		Custo Estimado Implantação	Custo Estimado Operação	Custo Estimado Total	Impacto Tarif.
1	Alteração Contratual: Ajuste textual do contrato: ajuste do prazo de atendimento do parâmetro: adequação das OAE's dos trechos com previsão de obras de ampliação de de capacidade e de vias marginais para as dimensões adequadas da rodovia e trem tipo TB-45. (item 3.1.3 do PER)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	EVTEA - Elevação da pista acima da cota de inundação - Km 402,0 em Maracajá até o Km 407,5, no acesso norte do desvio)	R\$ 10.834.818,07	R\$ 0,00	R\$ 10.834.818,07	R\$ 0,02
3	Conectividade 4G	R\$ 378.626,77	R\$ 30.912.538,71	R\$ 31.291.165,48	R\$ 0,07
4	Delegacia PRF Tubarão	R\$ 17.081.880,24	R\$ 0,00	R\$ 17.081.880,24	R\$ 0,04
5	Criação de mecanismo de contas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Inclusão do Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e Desconto Básico de TAG (DBT)	não disponível ⁽²⁾	não disponível ⁽²⁾	não disponível ⁽²⁾	não disponível
7	Alteração de Parâmetros de Desempenho do Pavimento (IN 34/2024)	não disponível ⁽³⁾	não disponível ⁽³⁾	não disponível ⁽³⁾	não disponível
Total		R\$ 28.295.325,10	R\$ 30.912.538,71	R\$ 59.207.863,80	R\$ 0,13

(1) Valores estimados, informados pela concessionária, que poderão sofrer alterações após a análise por parte da GEENG e GEGEF.

(2) Valores condicionados ao volume de tráfego do ano anterior e aguardando a conclusão dos estudos para implantação do DBT, conforme Despacho GEGEF (SEI nº 31181087).

(3) Pleito incluído na Revisão Quinquenal após consulta jurídica à PF/ANTT - Parecer nº 222/2024 (SEI nº 32523380).

3.14. Vale ressaltar que os custos estimados e o impacto tarifário utilizados no quadra acima são os valores encaminhados pela Concessionária, nos anexos das Cartas VC-ADC25 399 (SEI nº 32671043) e VC-ADC25 414 (SEI nº 32803337), de 26/05/2025 e 05/06/2025, respectivamente. Esses valores não foram analisados pelas áreas competentes em consonância ao entendimento da SUROD exarado no Despacho SUROD SEI nº 26548007, de 14/10/2024, no bojo do processo nº 50500.171883/2024-54, o qual menciona:

...com o objetivo de organizar o fluxo de informação entre as áreas, alicerçado no art. 44, §1º, emitimos a seguinte orientação:
I - Caberá à GEENG proceder análise técnica sob o enfoque da solução de engenharia, tais como os aspectos de funcionalidade, segurança e localização, do projeto funcional; e
II - Por se tratar de projeto funcional que não traz os elementos para uma análise orçamentária, como por exemplo planilha de quantidades, o valor do orçamento não será avaliado neste momento, cabendo a sua avaliação quando da apresentação do projeto executivo, se for o caso.

3.15. Assim sendo, verifica-se que a referida proposta preliminar de Revisão Quinquenal contabiliza 3 (três) propostas de inclusão de investimentos, 3 (três) de modernização contratual e 1 (uma) proposta de alteração de parâmetro. Os pleitos acolhidos para a Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal resultam, em aproximadamente **R\$ 59.207.863,80 (cinquenta e nove milhões, duzentos e sete mil oitocentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)**, com data-base de maio/2025. A SUROD salienta que estes valores não consideram os pleitos de alteração dos parâmetros de desempenho do pavimento, bem como de inclusão do Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e Desconto Básico de TAG (DBT).

3.16. Em termos de impacto sobre a Tarifa Básica de Pedágio - TBP, o rol de propostas de alterações contratuais que foi acolhido para seguir no processo de Revisão Quinquenal resulta, de acordo com os cálculos apresentados pela Concessionária, em um **impacto tarifário de aproximadamente R\$ 0,13 (treze centavos), em valores de maio de 2025**. Assim como no parágrafo anterior, esse valor não inclui os pleitos de alteração dos parâmetros de desempenho do pavimento e de inclusão do Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e Desconto Básico de TAG (DBT).

3.17. É importante salientar que a inclusão do Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e Desconto Básico de TAG (DBT) foram aprovados quanto ao mérito por meio da Nota Técnica SEI nº 4214/2025/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 31915723), de 21/05/2025, **porém sua implementação está condicionada à apresentação dos estudos necessários pela Concessionária ViaCosteira**. Dessa forma, caso os referidos estudos não sejam submetidos em tempo hábil a esta Agência, o Desconto de Usuário Frequente (DUF) não poderá ser incorporado ao [Contrato do Edital de Concessão nº 02/2019](#), neste processo de Revisão Quinquenal.

3.18. Com relação aos parâmetros de desempenho do pavimento, previstos na [Instrução Normativa ANTT nº 34/2024](#), estes encontram-se em estágio avançado de análise segundno a SUROD, com o mérito praticamente concluído. A norma estabelece a incorporação desses parâmetros aos contratos de concessão mediante Revisão Quinquenal, **desde que a concessionária formalize sua adesão** ao Regulamento de Concessões Rodoviárias (RCR), observando os prazos e condições nela previstos.

3.19. Em relação ao posicionamento da Procuradoria Federal Junto à ANTT (PF-ANTT), houve uma manifestação sobre o assunto em 25/11/2024, por meio do Parecer nº 00222/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 27842049), quando estava sendo analisada a Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato do Edital de Concessão nº 001/2013, referente à BR-050/GO/MG, administrado pela Concessionária Eco050. No referido Parecer, a PF/ANTT se manifestou quanto a não existência de óbice jurídico à inclusão da reformulação dos parâmetros de pavimento na Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal, mesmo sem a documentação completa prevista no art. 157 da Resolução ANTT nº 6.032/2023.

3.20. Ainda sobre o Parecer mencionado no item anterior, há uma orientação para que o posterior processo de adesão ao RCR contemple uma avaliação sistêmica do conjunto de obrigações impactadas, resultando em reequilíbrio econômico-financeiro global. **Na hipótese de não adesão no prazo de 360 dias, os novos parâmetros serão desconstituídos com efeitos retroativos à data do termo aditivo da Revisão Quinquenal**. Assim sendo, devido a similaridade dos casos, a SUROD considerou cabível a manifestação da PF-ANTT e incluiu os parâmetros de desempenho do pavimento como parte integrante da Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal da ViaCosteira.

3.21. Sobre o Processo de Participação e Controle Social o qual a referida Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal deve ser submetida, há uma orientação da PF-ANTT para que a Audiência Pública siga o prazo 15 (quinze) dias para contribuições escritas, promovendo a devida publicidade e garantindo o cumprimento integral dos dispositivos legais aplicáveis. Assim, a SUROD sugere que o período para contribuições por escrito seja do dia 16/07/2025 ao dia 01/08/2025, com a sessão pública ocorrendo no município de Tubarão/SC, no dia 16 de julho de 2025.

3.22. Quanto à divulgação, de acordo com a Resolução nº 6.020/2023, o aviso deve ser publicado no Diário Oficial da União, no endereço eletrônico da Agência, nos canais digitais da Agência e encaminhado por mensagem eletrônica a possíveis interessados, com o intuito de garantir a efetiva participação da sociedade.

3.23. Assim, considerando que a área técnica da ANTT seguiu os passos adequados na análise do projeto e que não há óbices jurídicos ao seu prosseguimento, proponho a aprovação da abertura de Audiência Pública, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/SC, administrado pela Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - Via Costeira.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas no processo, VOTO por aprovar a abertura de Audiência Pública, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à Proposta Preliminar de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/SC, administrado pela Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. - Via Costeira, nos termos das minutas de Deliberação (SEI nº 33534535), de Aviso de Audiência Pública (SEI nº 33534625) e de Portaria de Designação da Comissão da Audiência Pública (SEI nº 33534670) acostadas aos autos.

Brasília, 03 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Lucas Asfor Rocha Lima
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 03/07/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **33510251** e o código CRC **F93ABC14**.